

República Parlamentarista do Brasil

*“O problema do Fernando Henrique é que ele não pára em Brasília. O que ele prefere mesmo, é exhibir-se lá fora, para as elites de fora.”
(Luiz Inácio Lula da Silva, setembro de 1998)*

Em 21 de abril de 1993, além de comemorarmos o pescoço, ou a perda dele, de nosso estimado Tiradentes, fomos todos às urnas para uma eleição diferente, com um nome diferente: plebiscito. Naquela ocasião, um povo que mal sabe distinguir vereador de senador, foi convocado a escolher para este país uma forma de governo (República ou Monarquia Constitucional) e um sistema de governo (Presidencialismo ou Parlamentarismo).

O resultado apontou a vitória do Presidencialismo por 55,45% sobre 24,65% do Parlamentarismo. Já a República massacrou a Monarquia pelo placar de 66,06% contra 10,21%. Os votos brancos e nulos superaram a marca de 20% e a abstenção foi recorde: cerca de 25%.

Os números acima podem dizer muito. A mim, dizem muito... pouco! O que assistimos naquela ocasião foi uma formalidade democrática prevista na Carta Constitucional de 1988. Os resultados poderiam até expressar tendências, mas sinalizaram, na verdade, a opção das elites deste país.

Sempre tive uma forte inclinação pelo regime parlamentar. Afinal, temos o poder dividido entre um Chefe de Estado, responsável por representar a nação perante os demais países, cumprindo uma função eminentemente protocolar e sem poderes administrativos, e um Chefe de Governo, ou Primeiro-Ministro, que efetivamente comanda o país, nomeado pelo Parlamento e apoiado por seu Gabinete. Assim, não ficamos à mercê de um único governante com mandato estipulado e que só pode ser deposto pela própria renúncia (vide Fernando de la Rúa, na Argentina) ou por um processo de impeachment (outro Fernando, o finado Collor de Mello). O Parlamentarismo permite que bons governos durem enquanto servirem à sociedade e os governos duvidosos terminem antes do prazo previsto.

Nesta semana, tomei conhecimento de um peculiar balanço do primeiro ano do governo Lula, segundo o qual nosso presidente realizou, em apenas 12 meses, 22 viagens internacionais a 38 países. Contabilizou 154 dias no país que o elegeu e 211 dias em terras estrangeiras.

Senhores, após uma década do plebiscito realizado, eu lhes anuncio: **o Brasil tornou-se uma República Parlamentarista.**

Dinastia Silva

Nossa nação é mesmo pródiga em idiosincrasias. Se fôssemos retomar as discussões por um sistema parlamentarista de governo, isso soaria como golpismo contra o presidente eleito. Toda sorte de argumentações seria desfiada. Alegações de que não estamos preparados para este tipo de regime, que a instabilidade institucional seria promulgada prejudicando a estabilidade financeira conquistada, que necessitamos inicialmente de uma reforma política capaz de reduzir o número de partidos.

Todavia, o carismático Lula entrou para os anais da história quando, durante sua recente visita à África, declarou que nenhum acordo com o FMI seria assinado até seu retorno. No dia seguinte, o acordo foi firmado.

Parece-me clara a estrutura de governo que temos em nosso país. Lula exerce a função de Chefe de Estado; Antônio Palocci é o Primeiro-Ministro; José Dirceu, o Líder do Parlamento. Nesta toada, podemos até virar uma Monarquia Parlamentar, com Lula sendo nomeado *Dom Silva I*. Seria apenas interessante que as regras do jogo ficassem claras...

Nepotismo

O Brasil tem uma tradição de empresas familiares que parecem reproduzir no plano corporativo o que observamos na esfera governamental. Temos que acatar, e aceitar de bom grado, a presença de pseudoprofissionais que transitam livremente pelos corredores, com posição hierárquica

elevada e conta corrente sem limite estipulado, que pouco contribuem para a gestão e o resultado da companhia e que lá estão por obra e graça de um sobrenome, e nada mais.

Inspirados no exemplo de nosso presidente, as empresas poderiam igualmente instituir o regime parlamentarista, delegando a chefia de governo (gestão administrativa e operacional) a executivos profissionais, nomeados pelo Parlamento, este formado pelos sócios

Então, os necessários parentes seriam alçados à condição de monarcas, com direito a trono (sala privativa), carruagem (carro com motorista) e toda sorte de regalias (verbas ilimitadas), representando o reino (empresa) em cerimônias oficiais (eventos, happy hours e festas).

Tom Coelho

Tom Coelho, com graduação em Economia pela FEA/USP, Publicidade pela ESPM/SP e especialização em Marketing pela MMS/SP e em Qualidade de Vida no Trabalho pela FIA-FEA/USP, é empresário, consultor, escritor e palestrante, Diretor da Infinity Consulting, Diretor do Simb/Abrinq e Membro Executivo do NJE/Fiesp. Contatos através do e-mail tomcoelho@tomcoelho.com.br. Visite www.tomcoelho.com.br.